Bolsas — Na sexta-feira: 1,47% São Paulo; 0,38% Nova York

Pontuação B3 — Ibovespa nos últimos dias: 113.431 / 108.523 (31/1, 1/2, 2/2, 3/2)

Dólar — Na sexta-feira: R$ 5,148 (+ 2,03%)

Últimos	
30/janeiro	5,115
31/janeiro	5,077
1/fevereiro	5,060
2/fevereiro	5,045

Salário mínimo — R$ 1.302

Euro — Comercial, venda na sexta-feira: R$ 5,561

CDI — Ao ano: 13,65%

CDB — Prefixado 30 dias (ao ano): 13,66%

Inflação — IPCA do IBGE (em %)

Agosto/2022	-0,36
Setembro/2022	-0,29
Outubro/2022	0,59
Novembro/2022	0,41
Dezembro/2022	0,62

GOVERNO

Minha Casa volta com mais diversidade

Novo formato do programa será lançado até dia 15. Principal novidade é regionalização dos modelos de habitação popular

» RAFAELA GONÇALVES

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) planeja marcar o reinício do programa Minha Casa, Minha Vida para as próximas semanas, com a entrega de 6.400 unidades habitacionais. O ministro das Cidades, Jader Filho, afirmou que, em diversos municípios, os conjuntos já estavam quase concluídos, dependendo de detalhes para serem entregues. A ideia, de acordo com integrantes da pasta, é divulgar o novo formato do programa até o próximo dia 15, com cerimônia em Santo Amaro da Purificação, na Bahia, estado do ministro da Casa Civil, Rui Costa.

A reformulação do programa será uma das primeiras medidas do governo na área social, antes mesmo da revisão do Bolsa Família. O programa habitacional, marca do primeiro governo de Lula, foi mudado de nome pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), tendo passado a se chamar Casa Verde e Amarela. No entanto, não decolou na gestão do ex-presidente, e a entrega de novas casas ficou abaixo da média dos últimos anos.

De 2009 a setembro de 2020, foram entregues 1,49 milhão de casas, segundo relatório da Controladoria-Geral da União (CGU). Em 2021, o governo federal concluiu cerca de 20 mil unidades habitacionais da antiga faixa 1 do Minha Casa, Minha Vida (para famílias com renda mensal de até R$ 2 mil), um número abaixo da média dos últimos anos.

Com a reformulação das regras, o programa habitacional passará a oferecer novos tipos de habitação. A ideia é que haja pelo menos três desenhos de moradia e que elas sejam construídas dependendo do perfil da cidade e da necessidade das famílias. Uma das mudanças previstas é que haja apartamentos menores para famílias de apenas duas pessoas ou de apenas um integrante. Segundo membros do governo, o modelo não pode ser o mesmo em cidades de diferentes portes.

Um pedido de Lula é que os empreendimentos passem a ter varandas, opção que poderá ser analisada de acordo com o perfil dos beneficiários. Outra variável deverá ser o aquecimento solar de água na casa, opção que, de acordo com o plano, não seria necessária para regiões do Nordeste, por exemplo, caso em que os recursos poderiam ser usados para outra benfeitoria na habitação.

Segundo o coordenador do curso em Negócios Imobiliários da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Alberto Ajzental, as mudanças precisam ser detalhadas. "Ainda não se tem um entendimento claro daquilo que desejam fazer, mas já apontaram que levarão em conta questões climáticas e econômicas regionais, que são super diferentes de lugar para lugar. O Brasil é um país continental enorme, heterogêneo e a habitação precisa acompanhar isso", afirmou.

Necessidades

Para Ajzental, o programa deve passar a tratar o cidadão como cliente. "Eles estão fazendo na iniciativa pública aquilo que na iniciativa privada já se faz há muito tempo, que é oferecer um produto a partir de uma demanda estudada e específica, dando fim àquela coisa engessada e totalmente padronizada do programa público", disse.

"Existem diferentes necessidades habitacionais e é importante fazer esse tipo de adequação. Além das questões climáticas e econômicas, tem gente solteira, casada, com filhos, e adequar o produto ao ciclo de vida das famílias também é inteligente. As mudanças tornam o programa justamente mais flexível, mas, ao mesmo tempo, são imaturas", acrescentou.

O governo busca relançar o programa como forma de mitigar o deficit habitacional no Brasil, que, de acordo com o dado mais recente, de 2029, era de quase 5,9 milhões de famílias. Para o coordenador do curso em Negócios Imobiliários da FGV, o governo peca em não pensar em viabilizar outras alternativas além da compra do imóvel, que era uma meta do governo Bolsonaro que não foi concretizada.

"Diferentemente do que muita gente imagina, esse deficit habitacional não quer dizer que essas pessoas não têm casa. Quase metade da taxa é representada por ônus excessivo de aluguel, então, não necessariamente eu precisaria sair fazendo casa para esse pessoal. Soluções do tipo ajudar no aluguel já resolveria metade do problema", avaliou Ajzental.

A expectativa é de que a retomada do programa volte a impulsionar a indústria da construção civil, que passa por um momento desfavorável, com inflação e taxa de juros em altos patamares. "É um programa que tende a reaquecer a economia, primeiro por ser um dos segmentos que mais emprega mão de obra com baixa qualificação. Segundo, quando você mexe com a cadeia da construção civil você gira toda a economia. Até uma casa ficar pronta eu tenho uma mão de obra envolvida, indústria de cimento, de material elétrico, de vidro, de piso, a construção tem esse efeito multiplicador", avaliou o economista William Baghdassarian, professor do Ibmec.

PACIFICO

Reestruturação

Governo planeja marcar o reinício do programa Minha Casa, Minha Vida com novas regras



EXIGÊNCIAS MÍNIMAS DO MINHA CASA, MINHA VIDA (A PARTIR DE 2017):
- Imóveis entre 36 e 39 metros quadrados
- Um quarto para casal
- Um quarto para duas pessoas

CASA VERDE AMARELA:
- Manteve os requisitos mínimos do Minha Casa

O QUE DEVE MUDAR:
- Critérios mais flexíveis levando em conta diferenças regionais
- Possibilidade de unidades menores a depender do tamanho da família
- Varanda
- Aquecimento de água solar

Contratações (unidades)	Entregas (enidades)	Valor Contratado (R$ bilhões)
6.140.995	5.115.034	552,8

- A maioria dos beneficiários se concentra na Faixa 2, voltada para famílias que possuem uma renda mensal entre R$ 2.400,01 e R$ 4,4 mil.

Fonte: SisHab/Governo Federal.

> **Serão levadas em conta questões climáticas e econômicas regionais, que são super diferentes de lugar para lugar. O Brasil é um país continental enorme, heterogêneo, e a habitação precisa acompanhar isso"**
>
> ***Alberto Ajzental,***
> *coordenador do curso de Negócios Imobiliários da Fundação Getúlio Vargas (FGV)*

ANM chama concursados

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Púbicos (MGI), Esther Dweck, autorizou a nomeação de 40 candidatos aprovados em concurso público para preenchimento do quadro de pessoal da Agência Nacional de Mineração (ANM), realizado em julho de 2021. A portaria com a autorização foi publicada ontem no *Diário Oficial da União*. São as primeiras nomeações feitas no novo governo.

De acordo com a nota divulgada pela pasta, foram contratados concursados para o cargo de especialista em recursos minerais da ANM, distribuídos entre seis capitais: Belo Horizonte, Belém, Brasília, Cuiabá, Salvador e São Paulo. Os futuros servidores devem receber remuneração bruta de R$ 9.909,30 para uma jornada de 40 horas semanais.

"O provimento dos cargos está condicionado à existência das vagas na data da nomeação e à adequação orçamentária e financeira das novas despesas com a Lei Orçamentária Anual e sua compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias", destacou a nota.

Segundo a portaria, "a responsabilidade pela verificação prévia das condições para a nomeação dos candidatos aprovados no concurso público será da Agência Nacional de Mineração, à qual caberá editar as respectivas normas, mediante a publicação de editais, portarias ou outros atos administrativos necessários". **(RH)**

Tributária: tramitação começa pela Câmara

» ROSANA HESSEL

Fortalecido pela vitória esmagadora na reeleição para o cargo, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), ganhou a queda de braço com o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), na escolha da Casa por onde a proposta de reforma tributária do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai tramitar. O martelo pela escolha da Câmara para a largada da principal reforma do novo governo foi batido ontem. Segundo fontes do governo, o relator da proposta será o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que já esteve à frente do assunto.

Com isso, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019, da Câmara, foi o texto escolhido para dar a largada na tramitação da principal matéria legislativa da pauta do novo governo. Um grupo de parlamentares da Câmara será criado para debater o tema e o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) será o coordenador.

Na quinta-feira, após se reunir com Lula, no Palácio do Planalto, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE) disse esperar a aprovação da reforma "pelo menos até o fim do ano".

Para acelerar a tramitação, a ideia de técnicos do governo é aproveitar os textos da PEC 45 e da PEC 110/2019, do Senado, e, assim, aprovar matéria até o fim de abril em uma das Casas.

O texto da PEC 45 é baseado na proposta do economista Bernard Appy, secretário especial da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, que havia conquistado apoio dos governadores.

As propostas que estão no Congresso tratam da simplificação da tributação sobre o consumo, criando um único tributo, uma espécie de Imposto sobre Valor Agregado (IVA). A PEC 45 prevê esse tributo nacional enquanto a PEC 110 propõe um IVA dual, com cobrança única e receita repartida entre a União e os demais entes federativos, em vez de um imposto único sem essa divisão.

De acordo com o ex-deputado Luiz Carlos Hauly, autor do texto-base da PEC 110 e do Super Simples e um grande defensor da reforma tributária, o IVA dual foi uma recomendação da Receita Federal, "porque é preciso separar uma parte da arrecadação para a União atender às demandas da Saúde e da Previdência Social".

Na avaliação de Hauly, no entanto, a volta da tramitação da reforma tributária para a Câmara vai "virar uma briga antiga" e pode atrapalhar o processo.

A PEC da reforma tributária precisará ser aprovada por maioria qualificada — dois terços de todos os parlamentares de cada Casa do Legislativo, ou seja, 307 na Câmara e 49 no Senado —, presentes ou não, em dois turnos. **(Colaborou Victor Correia)**

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



O deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) será o relator da reforma do sistema de impostos no país